



INFORMATIVO

O TUIUTI



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

**280 anos da chegada do Brigadeiro José da Silva Pais a Rio Grande -100 anos da entrada do
Brasil na I GM**

ANO 2017

Maio

Nº 214

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO MARECHAL CARLOS MACHADO BITTENCOURT – MINISTRO DA GUERRA AO FINAL DA REBELIÃO DE CANUDOS, E A CONJUNTURA NACIONAL DAQUELA ÉPOCA

Acadêmico Manuel Soriano Filho, Cel Inf EM

1. Introdução

a. Muito já se escreveu a respeito da triste Rebelião (Revolta) ou Guerra de Canudos. Cumpre lembrar, desde já, que da análise ou da simples abordagem de qualquer episódio histórico marcante, como de há muito sói acontecer aqui e no mundo inteiro, os fatos são narrados, muitas vezes, de forma bem diversa da verdade, muitos deles proporcionalmente distorcidos, eis que interpretados sob viés ideológico, político, econômico, etc.

Historiadores, sociólogos, cientistas políticos ou narradores, como os jornalistas, deveriam posicionar-se ante a realidade, de forma isenta, imparcial, equidistante, amoral – no sentido sociológico -, eis que “História é Verdade e Justiça”. Mas não é o que acontece, desafortunadamente.

b. O nome do insigne Marechal Bitencourt, apesar de seus reconhecidos e elevadíssimos méritos, não fugiu à regra e foi alvo de aleivosias assacadas por deturpadores/fraudadores da História, que o increpam, principalmente, de haver autorizado, em combinação com o Comandante das tropas do Governo, General Artur Oscar, a degola de jagunços prisioneiros, em Canudos. O “Marechal de Ouro”, mercê de seu ilibado caráter e consoante a afirmação de incontáveis publicistas e apologistas, nunca seria capaz da prática de ações vis, como afirmam seus detratores.

2. Objetivos

a. O presente Trabalho tem o vis histórico de apresentar enfoques que evidenciem, à saciedade, a grandeza do ínclito Soldado, Marechal Bitencourt. Não pretendemos elaborar um esboço biográfico do valoroso Marechal, tantos já o fizeram com exatidão e competência.

Pretendemos tão somente sensibilizar a quem de direito, à base de sólida argumentação, quanto ao oportuno e significativo pleito do Departamento de Segurança da Presidência da República, de instituir o seu augusto nome para o patronato da “Segurança Presidencial” bem como o dia de seu supremo sacrifício na defesa do presidente da República – 5 Nov 1897 – para a data em que se comemorará o “Dia da Segurança Presidencial”.

Tudo com vistas à criação de uma alcançadora mística e à implantação de uma emblemática e pertinente tradição vinculada à História-Pátria, a serem celebradas todos os anos, que se protrairá tempos afora e que motivará e incentivará, mais ainda, os integrantes do dito Departamento para o bom cumprimento de sua nobilitante Missão.

b. Outrossim, possui o escopo de realçar alguns aspectos de relevo da conjuntura política do final do século XIX, quando ocorreu a destruição de Canudos. O desiderato maior é o de que bem se compreenda, com isenção e imparcialidade, a atuação, durante o conflito, do Ministro da Guerra, Marechal Bitencourt. Ele foi nomeado para o Ministério, em maio de 1897, e recebeu ordens do

presidente da República para se deslocar para a região de operações, aonde chegou em 6 de setembro daquele ano, ou seja, já no final da Campanha, a fim de coordenar as ações do General Artur Oscar, que vinha sofrendo revezes, por falta de apoio logístico.

3. Sumária Recorrência Histórica e Comentários

a. O Marechal Floriano Peixoto foi, de fato, o Consolidador da República, enfrentando movimentos revoltosos como a Revolução Federalista, também conhecida como “Revolução da Degola” (1893/95), no Sul do País, e a concomitante Revolta da Armada. Após a morte daquele brioso militar, em 1895, o sentimento por ele legado, de amor à novel República, se exacerbou, exponencialmente, e a reação contra os monarquistas (reais ou presumíveis) se tornou violenta, máxime contra os últimos sobreviventes e derrotados “federalistas/parlamentaristas” (quase todos foram exilados) da mencionada Revolução Federalista, no RS, que fez mais de 10.000 mortos, sendo a mais sangrenta das Américas, à exceção da mexicana, de Juarez, Zapata e Pancho Villa. Comuns se tornaram, naquele conflito que talou o RS, os fuzilamentos sumários e as cruéis degolas. Tais métodos foram, lamentavelmente, usados na Guerra de Canudos que, praticamente, se sucede à “Revolução da Degola”, no RS. Diga-se, a bem da verdade, que atos impiedosos, típicos de bestas-feras, ocorreram dos dois lados litigantes, como é reconhecido até pelos mais graduados Chefes militares, por razões que podem ser explicadas, à luz da fria contextualização dos fatos, como veremos a seguir.

Os militares defensores da nova República estavam mui convictamente imbuídos do “florianismo”. Até foi cunhada a expressão “jacobinismo florianista”, caracterizando os mais radicais partidários (os “jacobinos”, em alusão à Revolução Francesa) da defesa intransigente da nova Ordem implantada. É neste contexto que vem a se deflagrar a Revolta de Canudos... Aduza-se que o presente trabalho não visa ao estudo deste conflito, já abordado, com percuciência, nos livros e compêndios, em especial de nossa História Militar; hoje, em plena era virtual, se compulsarmos a internet, vamos encontrar “n” transcrições e registros ao alcance de qualquer cidadão, leigo ou versado no assunto. A esse respeito, se pesquisarmos no “google”, por exemplo, no nome do Marechal Bittencourt, poderemos acessar inúmeros registros e verbetes atinentes e conexos, como os relativos à Guerra de Canudos, quase todos de encômios ao grande Soldado de nosso Exército (encontraremos, inclusive, denominações de

logradouros públicos, estabelecimentos de ensino, clínicas médico-odontológicas, etc., etc., que evocam o seu nome impoluto, além das homenagens do Exército Brasileiro, que o instituiu Patrono do Serviço de Intendência). Entretanto, há algumas referências à degola praticada em Canudos, contidas em transcrições como as da “Wikipédia”, a mais grave, e muito desairosa ao Marechal, de autoria do deputado e escritor César Zama, de título “Libelo Republicano acompanhado de Comentários sobre a Campanha de Canudos”, escrita em Salvador, em 1899. Em certo trecho da matéria, lê-se, “in verbis”:

“Durante a Guerra de Canudos, o Marechal Bittencourt foi responsável pela morte de *centenas* de prisioneiros de guerra, entre homens, mulheres e crianças, inclusive pessoas que haviam se rendido com bandeira branca e que haviam recebido promessas de proteção em nome da República (grifamos). O Marechal estava no Quartel-General em Monte Santo, perto do palco das batalhas. Ao ver que canudenses eram trazidos da frente de combate, mandou dizer ao general Artur Oscar ‘que ele bem sabia que ele, Ministro, não teria onde guardar prisioneiro’ – conforme relata o deputado e escritor César Zama”.

E prossegue o relato contido na “Wikipédia – a enciclopédia livre”:

“Acrescenta que o general Artur Oscar compreendeu bem o alcance da resposta do seu superior hierárquico: todos os homens presos a partir daquele momento eram degolados, a assim chamada “gravata vermelha”.

Ora, não se pode, aprioristicamente, validar essas transcrições. Assim, vamos por partes e apresentemos, de escantilhão, cinco “consideranda” tidos como relevantes:

1) inicialmente, assinale-se que os jagunços não eram “prisioneiros de guerra”, contra os quais se teria praticado “crimes de guerra” (inclusive, sem se considerar as barbáries por eles também perpetradas), eis que não constituíam uma tropa regular ou irregular, contra as quais as Forças do Governo combatiam, em “missão de guerra”, consoante os cânones da Convenção de Genebra e, sim, beatos e bandoleiros, seguidores do anacoreta Antônio Conselheiro, que se opunham à ordem pública, praticando atos vandálicos, como assaltos, assassinatos, invasões de fazendas, extorsões, saques, o não pagamento de impostos, etc. Aliás, a expressão “Guerra”, para caracterizar o ocorrido em Canudos, não é correta tecnicamente falando (os termos certos seriam “Revolta” ou “Rebelião”). Porém, é assim que é chamada a sedição, por ter as características de uma verdadeira guerra – que não

foi -, refrise-se; mas, como diz o ditado, “costume é uso, uso é hábito e hábito é lei”...

2) E quais foram as alegadas “promessas de proteção em nome da República”? É consabido que a Campanha se transformou em uma luta fratricida crudelíssima, mormente após a derrota da “Expedição Moreira César” e o Brasil todo, em especial as populações da Bahia e da Capital, Rio de Janeiro, aguardavam mais do que ansiosas pelo término rápido da guerra, que julgavam ter sido provocada por monarquistas e ceifava tantas vidas. As elites dirigentes brasileiras estavam ávidas para que Canudos, tida como uma cidadela da restauração da Monarquia, fosse logo destruída – essa é que é a verdade - (aliás, a Ordem dada pelo vice-presidente da República, em exercício - 1896/1897 -, o médico baiano Manuel Vitorino Pereira, ao Exército Nacional, porquanto Prudente de Moraes havia se submetido a uma cirurgia, foi a de “Destruir Canudos” que, de fato, foi destruída). Assim, jamais seria concebível que as autoridades da novel República, depois de desencadeadas as operações, fizessem qualquer concessão ou entabulassem acordos com os beatos e malfeitores de toda espécie que se reuniram no arraial de Canudos, ou por razões religiosas – os prosélitos do Conselheiro – ou para fugir da Justiça – os bandidos de vários estados do Nordeste. O clamor público contra os fanáticos, desordeiros e foragidos da Justiça, era de exponencial intensidade, bastando que se leia o que ficou registrado em vários periódicos, como os grandes jornais de então, para afirmar-se, contrariamente ao que diz Zama, que a República, inclusive fortemente inquinada do “jacobinismo florianista” (a isso nos reportaremos à frente), não ficaria contra a maciça opinião pública e faria promessas ou entraria em arreglos com os jagunços.

3) Onde os documentos oficiais e testemunhas para comprovação da peremptória afirmação do citado deputado/escritor, atribuída ao “Marechal de Ouro”, em mensagem que seria protocolar e teria sido dirigida ao General Artur Oscar, “que ele (Artur Oscar) bem sabia que ele, Ministro, não teria onde guardar prisioneiro”?? A propósito, vejamos o que prelecionam os competentes historiadores da referencial publicação “História do Brasil”, volume III, página 599, da Bloch Editores:

“Ao meio-dia de 2 de outubro, apareceu no arraial uma bandeira branca, que foi respeitada, e dois jagunços surgiram para parlamentar. Depois de estabelecidas as condições de rendição, voltaram ao arraial, e um deles, Antônio Beato, de lá retornou, conduzindo cerca de 300 pessoas, entre mulheres,

crianças e velhos, que foram entregues ao Exército (que as entregou às autoridades baianas). Cumprida essa pequena trégua, o combate reiniciou-se e estendeu-se até o dia 5 de outubro, quando o arraial, que contava 5.200 casebres, foi completamente tomado, encerrando-se, assim, um dos mais sangrentos capítulos da história da República”.

Então, pode-se concluir que havia tréguas nos combates e, nesses momentos, inimigos rendidos eram entregues ao governo da Bahia, o qual, evidentemente, teria local para aprisioná-los. Aduza-se que o governo baiano constituiu, em Salvador, pouco antes do final da Campanha, o “Comitê Patriótico”, com a finalidade de “dar proteção de todo tipo aos sobrevividos de Canudos”; isso está reportado em alentada matéria que foi publicada, em 22 Dez 1897, no jornal “O Comércio de São Paulo”, de São Paulo. Em tal matéria consta o longo e minucioso Relatório do mencionado Comitê, emitido após o final da Campanha, e assinado pela Comissão Especial para isso destinada (composta pelos Srs Américo Barreto Filho, Carlos Wagner e Dias Lima Sobrinho). Convém destacar um curto trecho, excerto do sobredito Relatório:

“Não devemos esquecer que, nessa campanha em que sofremos alguns dissabores, encontramos sempre da parte dos comandantes e oficialidade dos corpos a que nos dirigimos o maior apoio e a melhor boa vontade em nos auxiliar, associando-se assim, perfeitamente, todos eles aos sentimentos do “Comitê Patriótico”.

Ademais, a versão de Zama é controversa e inconsistente se a compararmos com mais outros relatos conexos, como os das reportagens de jornalistas correspondentes especiais dos maiores jornais do País, embutidas no livro “No Calor da Hora”, de Walnice Nogueira Galvão, que passaremos a transcrever.

a) Favilla Nunes, correspondente da “Gazeta de Notícias”, do Rio de Janeiro, ao relatar o combate de 11 de setembro de 1897, que redundou no estreitamento do cerco aos jagunços, disse em certo trecho da reportagem:

“Quando as forças avançaram, tomando casas e matando jagunços até a coice d’armas, a soldadesca encontrou numa casa, pobres crianças: os soldados que iam na frente mataram logo a menor, a primeira que encontraram e, quando iam fazer o mesmo com as outras, outros soldados intercederam por elas e fizeram-nas prisioneiras. O General Artur Oscar, que sabe aliar à bravura denodada de soldado, um belo coração de pai, dá gostosamente estas crianças a quem as possa tratar e, por isso, eu levarei a minha pobre Josefa. Quase todos os oficiais já têm uma desgraçadinha destas para proteger, o que se faz com

o maior carinho e dedicação. Até o próprio General Artur Oscar tem uma e o General Barbosa, duas protegidas”.

E mais adiante, ao descrever o combate final, do dia 5 Out, disse o precitado correspondente: “A jagunçada começou a fazer a entrega de mulheres e crianças, em número superior a cem, algumas feridas, mais ou menos gravemente, porém todas famintas, sedentas, esqueléticas, verdadeiras múmias ambulantes, caminhando com dificuldade, amparadas por soldados e oficiais, que mesmo no meio do combate sabem mostrar a generosidade de um coração brasileiro”.

b) Manuel Figueiredo, correspondente do jornal carioca “A Notícia”, também narra o que foi o importante combate do dia 11 de setembro, quando ocorreu um efetivo e eficaz cerco aos jagunços, privados, daí em diante, de buscar água no rio Vaza-Barris: “A disciplina mantida pelo Comandante-em-Chefe é digna de nota. O saque e o roubo são punidos com a pena de morte, por isso não consta ainda que nenhum soldado tivesse se entregado à prática destes crimes. Os jagunços, vendo a cada dia os claros que se vão fazendo largamente em suas fileiras, estão se entregando à discricção do nosso chefe, o General Artur Oscar, que os trata com todas as regalias de prisioneiros de guerra. Mulheres, crianças e os *homens*, são tratados com humanidade, nada lhes faltando, nem mesmo a comisseração de que são dignos. Contam eles que o Conselheiro, não podendo manter-se mais em sua posição, aconselha a todos que se entreguem, fazendo ele o mesmo quando entender” (o grifo é nosso).

c) Alfredo Silva, outro correspondente do mesmo jornal, deu conta das cenas que presenciou após o último combate, em 5 Out:

“Assisti a um espetáculo inenarrável. Grupos e mais grupos de mulheres e crianças, a maior parte apresentando feridas gravíssimas, vinham de Canudos para o local em que estávamos, cobertos de imundície, nus, desfalecidos pela fome e pela sede. À tarde, calculei em 400 pessoas quando as vi reunidas dentro do quadrado formado por praças do 1º batalhão de polícia do Pará e do 12º do Exército. No espaço misturavam-se tristemente gritos de dor, pedidos de um pouco de água ou de um pedaço de carne. O General Artur Oscar deu todas as providências de forma a minorar-lhes os sofrimentos. Coisa admirável: o nosso soldado que eu há poucas horas vira cheio de ódio, desejando beber gota por gota o sangue dos jagunços, servia os desgraçados, carregando alguns doentes, indo buscar farinha, rapadura e água!”

Isto posto, pode-se concluir que não se deve tachar, injustamente, os Chefes militares de bestas-feras; eles muito bem sabiam ser magnânimos... Mais ainda: as infelizes afirmações de Zama priorizam, de forma reducionista e inconsequente, apenas um detalhe em detrimento do todo (do conjunto harmônico), ou seja, da superlativa vitória obtida pelos legalistas. A finalidade exsurge bem clara: desconstruir a imagem do nobre Marechal Bitencourt, imputando-lhe um grave e arrasador labéu, aparentemente indefensável, no intuito de destruir a sua notória reputação, alcançada por anos e anos de tantos e tamanhos serviços por ele prestados à Pátria, na paz e na guerra.

4) O excelente livro “No Calor da Hora”, da escritora Walnice Nogueira Galvão, trata, exclusivamente, do papel da Imprensa escrita durante a cruenta guerra e é composto de reportagens alusivas, dos seguintes jornais: “Diário de Notícias”, da Bahia; “Gazeta de Notícias”, “Jornal do Brasil”, “Jornal do Comércio”, “A Notícia” e “O País”, todos do Rio de Janeiro e “O Comércio de São Paulo”, de São Paulo. Os correspondentes especiais desses periódicos aludem às hediondas atrocidades cometidas pelos dois lados em conflito, como a prática das degolas e das decapitações (que, apesar de parecer a mesma coisa, diferenciavam-se daquelas, pois nestas havia a completa amputação das cabeças das vítimas, que eram exibidas nas estradas...) e trucidamentos à foice e a machado; porém, nenhum deles (e eram 14, de oito grandes jornais da Bahia, do Rio de Janeiro e de São Paulo!) se reporta à “mensagem” do Marechal Bitencourt ao General Artur Oscar, como denunciou Zama, responsabilizando o Marechal pela morte de “centenas de prisioneiros de guerra, etc”. Aduza-se que Euclides da Cunha, correspondente de “O Estado de São Paulo”, também não menciona o que foi tão propalado pelo deputado César Zama.

5) “Todos os homens presos a partir daquele momento eram degolados, a assim chamada “gravata vermelha”, afiança o escrevedor já citado.

Diga-se, acerca da afirmação, que desde o início da luta, particularmente após a morte em ação, do Comandante da fracassada 3ª Expedição, Coronel Moreira César, como já assinalamos, os combates se tornaram uma verdadeira carnagem, para ambos os lados.

A propósito, palmas para o filme nacional “Canudos”, do diretor Sérgio Rezende, exibido em 1997, alusivo ao centenário do final da guerra, que apresenta cenas dantescas realmente ocorridas, mas o faz de forma exemplar, com isenção e imparcialidade, sem qualquer ranço ideológico.

Eram correntios, nos recontros daquele conflito, os fuzilamentos sumários, o uso generalizado da arma-branca nas decapitações e nas degolas (a Revolução Federalista ou “Revolução da Degola”, fora vencida, em 1895, e se vivia o ano de 1897...), o impiedoso e indiscriminado bombardeio pela Artilharia das duas igrejas (a velha e a nova) existentes no arraial, as quais serviam de redutos para os insurretos, bem como dos povoados, com a posterior destruição/demolição das casas e casebres por dinamite e/ou por incêndios com o uso de querosene.

Era uma “guerra sem quartel, onde a clemência não era praticada em nenhum dos lados contendores”, como bem a definiu Euclides da Cunha e a vitória, frise-se por pertinente, somente seria obtida “manu militari”, pelo corte de suprimentos e água aos rebeldes, pela utilização constante do fogo da Artilharia e pelas incontáveis cargas de baioneta-calada, da parte da Infantaria, as quais redundavam, por óbvio e infelizmente, em ações, “corpo-a-corpo” de extrema violência, dada à obstinação e ao estoicismo dos fiéis seguidores do Conselheiro. Estes também não poupavam os prisioneiros das tropas legais, retalhando-os à foice, faca, a machado e a facão (de que foram vítimas, na precitada 3ª Expedição, o bravíssimo artilheiro Capitão Salomão da Rocha e seus comandados, trucidados na defesa de seus canhões, morrendo abraçados aos mesmos) ou “empalando-os” ou castrando-os para depois cortarem as suas cabeças (é só nos debruçarmos sobre a copiosa literatura existente). Então, tais métodos, como os da degola e outros igualmente execráveis, já vinham sendo de há muito praticados, sem qualquer compaixão. Não foi “a partir daquele momento” (diga-se outra vez e por ilustração, que o Marechal Bitencourt chegou ao Teatro de Operações, somente em 6 de setembro de 1897, dirigindo a Campanha por pouco mais de um mês, apenas!), como se refere Zama, de forma sibilina, com espreque em mensagem supostamente de autoria de Bitencourt a Artur Oscar. Muitos “canudenses” (para ressaltar uma expressão indevidamente usada pelo autor das declarações ora em comento) foram, sim, degolados, desde o início das operações, no ano anterior à chegada de Bitencourt a Canudos, até por retaliação ou vingança a atos de igual ou mais selvageria por eles praticados. Urge, a fim de que não se faça prejulgamentos históricos, que se entenda o sabor daquela época, com a necessária isonomia jurídico e histórica; que se compreenda, com a imprescindível equidistância, a peculiar atmosfera das circunstâncias e dos tempos vividos; que se contextualize aquela revolta, historicamente; que a vislumbremos de forma holística, cósmica; que a

comparemos com inúmeras outras semelhantes já ocorridas mundo afora, em todos os tempos, e constantes de tantas historiografias. Para confirmar o que anteriormente foi expandido, faz-se mandatória a apresentação de importantes porções do Relatório acerca do “Assalto Final e Decisivo a Canudos”, do General Artur Oscar, Comandante da 4ª Expedição, ao Ministro Bitencourt, datado de 9 de outubro de 1897.

Destarte, convém que se transcreva, “ipsis litteris”, trechos do citado Relatório, para melhor compreensão da realidade fática de Canudos: “Também, como era natural, a raiva tocava o seu auge, e tanto o inimigo como os nossos, esqueciam-se da misericórdia. Fuzilavam-se a dois passos de distância ou matavam-se a baioneta, machado, à faca, por todas as formas, enquanto que as casas conquistadas, verdadeiros redutos, eram devastadas pelo incêndio”.

Mais adiante, no final do Relatório, afirma o General Artur Oscar:

“Sanguinolento foi esse combate; mas, também, foi um novo padrão de glórias para o Exército Brasileiro. Foi mais um sacrifício feito pelos nossos bravos por amor à República, que tanto estremeamos e pela qual nos julgamos honrados, servindo com armas na mão. Contamos, infelizmente, 467 baixas, entre mortos e feridos, como consta das relações juntas; mas o inimigo perdeu o duplo, além de mulheres e crianças, em número de 900; perdeu posições, recursos, 600 armas, 4 canhões Krupp desmontados, caixas de guerra, cornetas, munição e 90 prisioneiros, gravemente feridos. É para lamentar que o inimigo fosse tão valente na defesa de causas tão abomináveis.

Viva a República dos Estados Unidos do Brasil!

Vivam as Forças Expedicionárias no interior do Estado da Bahia!

Artur Oscar de Andrade Guimarães
General de Brigada”.

Eis, portanto, a palavra oficial da Força Terrestre, a qual merece, salvo outros e im procedentes juízos, toda credibilidade, pela veracidade e robustez de seu conteúdo, contrariamente às falácias e esqualidez da argumentação em contrário. O Comandante da Expedição não nega a falta de misericórdia de ambos os contendores e, com bastante transparência, dá conta de como a tropa sob seu comando procedeu no final da guerra; e nem desmente o valor dos jagunços, salientando a sua valentia. Outrossim, não faz menção a qualquer recomendação do Marechal Bitencourt (que se encontrava, repita-se à exaustão, somente desde o dia 6 de setembro de 1897, em seu QG, em Monte Santo - e não à frente dos combates), quanto a não dar guarida aos prisioneiros. Estes, ao final da luta,

eram 90, gravemente feridos, e não “centenas”, os quais ergueram a bandeira branca e foram poucados... “Há três verdades: a minha, a sua e a verdade verdadeira”, diz a máxima popular. Em verdade, já sentenciava Miguel de Cervantes:

“A Verdade se adelgaça mas não se quebra e anda sempre por cima da Mentira, como o azeite na água”...

b. Também em registros da Wikipédia, está dito:

“Os estudantes da Faculdade de Direito da Bahia publicaram um manifesto denunciando o “cruel massacre que, como toda a população desta capital já sabe, foi exercido sobre prisioneiros indefesos manietados em Canudos e até na cidade de Queimadas”.

E, já ao final, “Urge que estigmatizemos as iníquas degolações de Canudos”.

Recorrendo outra vez ao livro “No Calor da Hora”, de Walnice Galvão, aprendemos que os estudantes de faculdades da Bahia, após a derrota da Expedição Moreira César, eram francamente favoráveis à eliminação do núcleo rebelde de Canudos e defenderam com veemência o governo daquele estado, em manifesto datado de 19 de março de 1897, publicado no “Correio de Notícias” baiano, “da acusação de reagir frouxamente à ameaça monarquista de Canudos”.

Esses mesmos estudantes, posteriormente, depois da destruição de Canudos, passaram a condenar a prática da degola pelas tropas legais (sem igualmente reprovar métodos de igual ou pior crueldade, da parte dos jagunços, já por nós comentados). Assim, em sinal de protesto, lançaram um segundo manifesto – e outro era o tom -, cujos trechos constam da Wikipédia e se recusaram a participar das comemorações da vitória, com a presença do General Artur Oscar. Entretanto, no dito manifesto, não se referem a atitudes reprováveis atribuídas ao Marechal Bitencourt, quanto à degola de prisioneiros, pelas tropas do General Artur Oscar. Ora, é despiciendo comentar-se a natural mudança de opinião de jovens estudantes, de todas as épocas, na defesa de ideais e causas que julgam justos e perfeitos.

c. Referindo-se a Rui Barbosa, a precitada Wikipédia afirma:

“Rui Barbosa se apresenta como advogado dos prisioneiros mortos, ‘porque a nossa terra, o nosso governo, a nossa consciência estão comprometidos: a nossa terra será indigna da civilização contemporânea, o nosso governo indigno do país, e a minha consciência indigna da presença de Deus, se esses meus clientes não tivessem um advogado”.

Preliminarmente, é preciso esclarecer-se que Rui, um de nossos maiores juristas, dedicava-se de corpo e alma à prática do Direito, independentemente da crença, posição social ou coloração política de seus clientes. Antiflorianista declarado (foi exilado na Europa, ao tempo do governo de Floriano Peixoto, só retornando ao Brasil após a morte do Marechal) Rui Barbosa não se recusava a patronear causas de “jacobinos florianistas”, seus desafetos políticos. Como humanista e fiel maçom, Rui advogava para poderosos e hipossuficientes, na defesa constante do Direito. Disse ele, em uma conferência para estudantes na Bahia, em março de 1897, com a sua costumeira jactância:

“Sempre defendi o Direito acima de tudo, mesmo contra meus interesses pessoais. Monarquista e durante a Monarquia, tive como clientes aqueles que considerei ilegalmente prejudicados por ela, como faço agora, republicano, durante a República”.

Acrescente-se, que nesta conferência, transcrita em “O Comércio de São Paulo”, aquele insigne brasileiro condena acicamente o Movimento de Canudos, tachando Antônio Conselheiro e sua gente de “horda de mentecaptos e galés”.

Porém, coerente com seu espírito de jurista e grande humanista, não se negou a advogar pelos sobreviventes e famílias dos implicados na rebelião. O que nos causa estranheza, no entanto, é a assertiva da “Wikipédia”, antes anotada:

“Rui Barbosa se apresenta como advogado dos prisioneiros mortos”, sem que nenhuma fonte seja citada. Rui, de fato, lutou pelos direitos de alguns jagunços remanescentes ou de famílias dos mortos. Todavia, como se pode afirmar que ele defendeu “prisioneiros mortos”?

Quais as testemunhas dos crimes que poderiam, sim, ter ocorrido, como anteriormente já assinalamos? Quem os teria matado, onde, quando e como, no fragor e/ou depois dos combates? Teria sido o Marechal Bitencourt o mandante das chacinas, eis que, maliciosamente, tal registro encontra-se sob o grande título que leva o nome do íntegro Marechal? Assim, a afirmação, sem o estabelecimento de um devido contraditório, nos parece equivocada, leviana e malévola, para dizer o mínimo.

A bem da verdade, aduza-se que Rui Barbosa sofreu severas críticas por haver tomado a defesa de simplórios tabaréus, sobreviventes de Canudos. Um desses críticos foi o eminente escritor Olímpio de Souza Andrade, em livro de sua autoria, de título “História e Interpretação de “Os Sertões”. Disse ele:

“Rui Barbosa evitou, como os acadêmicos baianos, de participar das comemorações da Vitória e quase bateu no peito, chamando, evidentemente depois que a guerra acabou, os jagunços de ‘meus clientes’, lamentando não ter pedido para eles, o “hábeas corpus”.

d. O notável escritor Euclides da Cunha, autor do clássico “Os Sertões (Campanha de Canudos)”, também teceu acerbas críticas ao Exército em operações no interior baiano, apesar de ser Tenente da Reserva, da Força, e ter sido acolhido junto ao Quartel-General do Ministro Bitencourt, onde trabalhou, no mês de setembro e começo de outubro de 1897, como correspondente do jornal “O Estado de São Paulo”, na fase final da Campanha.

É que Euclides guardava mágoas do Exército, desde que fora expulso, em 1888, da Escola Militar do Brasil, sediada na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, sendo reintegrado, um ano depois, pelo Ministro Benjamin Constant, à Escola Superior de Guerra (à época, uma Escola de formação de Oficiais artilheiros e engenheiros), onde se formou engenheiro militar, em 1890, solicitando baixa, como Tenente, em 1896. Disse o acadêmico José Murilo de Carvalho, sobre Euclides da Cunha:

“Apesar das estreitas relações com militares, nem Euclides gostava do Exército nem o Exército gostava dele. Aos militares não agradaram em nada as duras críticas feitas à Corporação em “Os Sertões”.

Euclides narrou, fantasiosamente (justifica-se, por “licença literária” do excepcional autor), o epílogo da guerra, aludindo à prática da degola, no fecho do portentoso “Os Sertões”: - Citação.

“No dia 2 (era outubro de 1897), entregaram-se os velhos, mulheres e crianças que ainda sobreviviam. Ficaram vinte lutadores numa trincheira ao lado da igreja, famintos e sedentos, decididos ao sacrifício. Preferiam morrer lutando do que sentir no pescoço a lâmina fria dos degoladores. Ali já estavam no túmulo, cavado por eles mesmos. No dia 5, tombaram os últimos defensores - eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam cinco mil soldados”. - Fim da Citação.

A par da beleza literária desse pungente final da magnífica obra, a narração não condiz com a verdade, a não ser quanto à entrega de velhos, mulheres e crianças, em número de 300, no dia 2 Out (o que registramos, linhas atrás) e entra em testilha com o anteriormente citado Relatório do General Artur Oscar, só se justificando, repise-se, como “licença literária” do grandioso escritor que, como declarou, muito romanceou o seu livro. Ele mesmo, Euclides, sofreu, muito “a posteriori” à sua

trágica morte, severas críticas ao fazer alusões de cunho racista, como a contida na segunda parte da clássica obra, de título “O Homem” (lembramos de que “Os Sertões” compõe-se de três partes: “A Terra”, “O Homem” e “A Luta”). Tal afirmação é assaz conhecida e tornou-se antológica:

“O sertanejo é antes de tudo um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. A sua aparência, entretanto, no primeiro lance de vista, revela o contrário”.

É que Euclides foi formado pelos positivistas militares, como Benjamin Constant, e à luz do racionalismo, quando as ciências físicas, naturais, biológicas, a matemática e as nascentes teorias evolucionistas de Charles Darwin traçavam as balizas do pensamento dos maiores intelectuais de então, que acreditavam em falsos estereótipos do determinismo genético ou naturalista.

A análise, pois, com muita flexibilidade mental, do contexto da época, com seus costumes, hábitos e usos, como vimos insistindo, é fundamental! No caso, afiance-se, finalmente: a defesa unilateral dos sediciosos, feita por César Zama, Rui Barbosa, Euclides da Cunha e Mário Vargas Llosa (escritor peruano que escreveu, um século depois de Euclides, “A Guerra do Fim do Mundo”, igualmente alusiva à tragédia de Canudos), em postura muitas vezes afrontosa ao Ministro Bitencourt e à Força Terrestre (integrada, em Canudos, pelo Exército Brasileiro e por Polícias Militares de vários estados), afigura-se esquipática e injusta, por maiores que sejam os méritos intelectuais dos eminentes escritores. Afinal, já diziam os velhos romanos: “est modus in rebus” – “as coisas têm limites”...

e. Para arremate de tudo o que foi explanado neste item 3, julgamos de bom alvitre, por derradeiro, invocar a sempre lembrada escritora Walnice Galvão, in “No Calor da Hora”, quando teceu sucintos e realistas comentários sobre o posicionamento de preeminentes personalidades em relação à Guerra de Canudos:

“Literatos ou cientistas, monarquistas ou republicanos, liberais declarados ou indiferentes, na verdade essas distinções são superficiais: todos os intelectuais estavam atrelados ao carro do poder, empenhados na grande parada histórica do tempo, que era a consolidação nacional. Para fazê-la, foi preciso usar ferro e fogo, o que repugnou a alguns; mas a repugnância veio depois do perigo ter sido afastado ou quando estava prestes a sê-lo. No caso, foi só nos últimos momentos da guerra ou depois de seu fim, que os rebeldes começaram a ser chamados de brasileiros, como se viu nos textos apresentados; até aí, a denominação comum é a de “jagunços”.

E a “incorporação à nacionalidade” é o que pedem aqueles que protestam, já ou anos mais tarde, em nome dos sertanejos exterminados. Uma vez mortos, passam a ser irmãos”. Quanto realismo...

4. A Conjuntura Política do final do século XIX, Canudos e o atentado de 5 Nov 1897

a. A proclamação da República se deu em 15 Nov 1889, tendo como concausas (eis que imbricadas, compaginadas, conexas) segundo historiadores de nomeada, 1) o término da Guerra do Paraguai; 2) a dita “questão religiosa”; 3) a ação da Maçonaria; 4) a ação dos positivistas; 5) a abolição da escravatura e 6) a chamada “questão militar”, sendo, estas duas últimas, as de maior relevância.

Os dois primeiros governos – de Deodoro e Floriano – foram marcados por grandes turbulências políticas e por conflitos fratricidas. Floriano Peixoto recebeu, merecidamente, o epíteto de “O Consolidador da República”, tendo reprimido, “com mão de ferro”, todos os movimentos de contestação a seu governo. Floriano, mesmo já falecido, em 1895, era o lídimo paradigma para a classe militar, e também para a ainda reduzida classe média, daí ser muito querido e evocado, à época, com bastante ufanía e sentimento nacionalista, por grande parcela da população brasileira.

O seu sucessor, o paulista Prudente de Moraes, primeiro presidente civil, teve a ingente tarefa de pacificar o País, conturbado pela Revolução Federalista e pela Revolta de Canudos. Entretanto, quando ele assumiu a presidência, os seus correligionários, que eram os grandes latifundiários escravocratas, como os paulistas lavoureiros do café (os “barões do café”) - responsáveis pela pujança econômica do Império, à base da agricultura -, voltaram ao comando político do Brasil.

O fato de São Paulo passar a ter total influência sobre o governo federal contrariou profundamente a pequena classe média, que necessitava crescer e se encontrava empolgada com as aberturas industriais encetadas pelos dois primeiros governos. Também desagradou aos republicanos mais inflamados (em particular aos profítes do Positivismo, adeptos da “ditadura republicana” e que tanta importância tiveram na proclamação da República) e aos militares radicais (“os jacobinos florianistas”, a quem já aludimos) que não admitiam que ressurgissem certos procedimentos do tempo do Império e “quistos monarquistas” integrados por pessoas influentes do regime anterior.

b. É nessa mui agitada conjuntura que vai acontecer a Revolta de Canudos, a qual não será objeto de estudo de nossa parte – aliás, o assunto já foi analisado amplamente por exegetas de tomo.

No entanto, abordaremos uns poucos aspectos que muito interessam aos propósitos deste Trabalho. Em fins de 1896, Prudente de Moraes resolve atender à solicitação do governador da Bahia para que o Estado brasileiro interviesse, militarmente, no interior baiano. Daí, até ao final da Campanha, em outubro do ano seguinte, travar-se-ia uma verdadeira guerra entre as Forças legais e os revoltosos, fiéis ao cearense Antônio Vicente Mendes Maciel, o “Antônio Conselheiro”.

Este era um místico que peregrinou pelo Nordeste, seguido de verdadeiras multidões de beatos fanáticos, que tudo abandonavam para acompanhá-lo, aos quais se juntaram hordas de bandidos de baixíssima catadura, foragidos da lei. Conselheiro - que sofria das faculdades mentais -, entre outras atividades, pregava a prática do bem, batizava, casava, confessava, construía e restaurava igrejas e cemitérios (com o que arrecadava dinheiro e víveres), e combatia a República, principalmente por que a religião católica deixara de ser a religião oficial do Estado, que se tornara laico. Com a implantação da Nova Ordem republicana, os municípios passaram a ter relativa autonomia em relação ao poder central, pelo que aumentaram impostos que os conselheiristas se negavam a pagar, em especial quando chegaram à localidade de Bom Conselho. Incitados por Antônio Conselheiro, eles passaram a arrancar e queimar os editais afixados em locais públicos e que continham a relação das novas taxações. Essa foi a principal origem dos incidentes com a Polícia, até à internação dos revoltosos no interior da Bahia, às margens do rio Vaza-Barris, onde formaram um grande arraial, em Canudos.

A defesa desse arraial, que chegou a contar com mais de vinte mil habitantes e cinco mil e duzentas casas rústicas ou casebres, tornando-se a segunda localidade mais populosa da Bahia (diga-se que esses números variam, conforme vários autores), ficou a cargo de cabecilhas sertanejos, valentes e destemidos, como Pajeú, Chico Ema, João Abade, Tranca-Pés, Boca Torta, Antônio Beato, José Venâncio, Manuel Quadrado, Pedrão, Macambira e outros que se tornaram legendários durante as refregas, mercê da coragem, determinação e, principalmente, estoicismo.

O jornalista Manuel Benício, correspondente de guerra do “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro, fez uma das mais importantes e interessantes descrições do jagunço e de suas táticas guerrilheiras. Eis um pequeno trecho:

“Ninguém ainda conseguiu pintar e colorir bem, os costumes, a bravura, as artimanhas e o modo de guerrear destes bandidos acoitados em Canudos. Em face do sistema de luta por eles adotado, a arte da guerra dos povos policiados é uma convenção nula e até fatal. Visam de longe o acampamento ou bando de soldados embolados, perdendo raras vezes o alvo. Demais, escopeteiam com perícia de caçador traquejado, dormindo na pontaria o olho esquerdo, enquanto o direito, como os das aves de rapina, alcança ao longe. Criados nesses sertões estéreis, a talo de macambira, miolo de coroa-de-frade, à batida de umbu, frutas da caatinga, mel, e nos tempos de seca a beber água de tabocas, taquaras, bambus e gravatás, tornam-se monteses como os maracajás, ágeis, lépidos como os tejus. Conhecem todas as bibocas, todas as veredas das caças, os altos, as planícies, as moitas, os descampados, os antros e as cristas penhascosas das serranias, onde os bodes fazem ginástica e os urubus-tinga aninham os filhotes brancos. Pelo nascer do sol, que é a sua bússola, metem-se por dentro das caatingas e carrasqueiros com o intuito de dormir a doze léguas e mais adiante. E o sol, ao se pôr, os vê chegar ao objetivo. Têm o faro dos tatus, a vista dos acauãs e o ouvido sempre alerta, semelhante aos dos habitantes primitivos dos sertões florestais. Ameaçados de todos os perigos já não os temem e encaram a morte com o frio absoluto da indiferença. Vivendo em tal meio, adaptam-se a passar sem comer dias inteiros e por isso têm a *secura corporal das múmias*”.

As Expedições do Tenente Pires Ferreira e do Major Febrônio de Brito sofreram humilhantes derrotas. O Governo decidiu, então, enviar nova Expedição, a terceira, forte de 1300 homens e fartamente municada, ao comando do experiente Coronel Moreira César, que se cobrira de glórias quando da Revolução Federalista. Essa tropa também foi fragorosamente derrotada, falecendo em combate, o seu bravo Comandante, Coronel Moreira César. Tal derrota causou uma terrível comoção social, nunca dantes vista, e os ânimos se acirraram, desmesuradamente, gerando um pavoroso clima de revolta contra os “monarquistas” (fato ao qual já fizemos menção, anteriormente) e grande anarquia, particularmente nas ruas do Rio de Janeiro.

A multidão furiosa empastelou três jornais da Capital Federal: “Gazeta da Tarde”, cujo dono, Coronel Gentil de Castro foi assassinado, “Apóstolo” e “Liberdade”, e um de São Paulo, “O Comércio de São Paulo”, além de vários jornaizinhos e pasquins, supostamente favoráveis à restauração monárquica.

De Norte a Sul do País era exigida a urgente desafronta do Exército e da República, sendo mobilizados soldados em todo o território nacional, criados vários “batalhões patrióticos” com denominações históricas evocativas, tais como “Tira-

dentes”, “Deodoro”, “Floriano Peixoto”, “Benjamin Constant”, “Frei Caneca”, “Silva Jardim”, “Moreira César” e um “Batalhão Acadêmico” composto de jovens estudantes de faculdades.

É preciso, pois, reiterar-se iterativamente, que se compreenda, sem paixões, sem simpatias/antipatias, sem caprichos e sem cariz ideológico, o transe histórico então vivido, inferindo-se que somente a almejada extinção de Canudos lavaria a honra nacional...

O Governo agiu sem tardança e, em maio de 1897, foi organizada nova Expedição – a quarta – forte de 5.000 homens, com muita munição e poderoso apoio de Artilharia, dividida em duas Colunas, ao comando do bravo General Artur Oscar de Andrade Guimarães, consagrado herói da Guerra do Paraguai e da Revolução Federalista de 1893/95, Oficial sabidamente da linha “florianista”, que comandava o 2º Distrito Militar em Pernambuco; evidenciando o seu elevado pundonor, ele respondeu, lacônicamente, ao convite que lhe foi formulado: “Sim. Viva a República”!

Tais colunas partiram de Monte Santo e Aracaju, em direção a Canudos, iniciando um amplo cerco à localidade. Entretanto, surgiram sérios problemas de suprimento e de saúde, pelo que a disciplina da tropa, mal alimentada, maltrapilha e com muitos doentes, ficou por demais abalada.

O presidente da República determinou, então, que o seu Ministro da Guerra, Marechal Bitencourt, fosse pessoalmente para a zona de operações de combate e resolvesse as graves dificuldades que acometiam a Expedição do General Artur Oscar. Em 6 setembro de 1897, o Ministro, juntamente com o reforço de uma Brigada de Infantaria, chega à região de Monte Santo onde instala o seu Quartel-General. A sua chegada foi bastante comemorada por todos os militares e é assim narrada pelo jornalista Favilla Nunes, da “Gazeta de Notícias” do Rio de Janeiro:

“A seis (era setembro de 1897) chegaram aqui (Monte Santo) os Srs Marechal Ministro da Guerra e General Carlos Eugênio e respectivos estados-maiores. O Sr Ministro passou em revista à força, percorrendo as linhas a todo galope, acompanhado de toda a sua comitiva, vestido à paisana conforme viajou. Foi recebido com todas as honras que cabem a sua alta patente e, mais do que isso, com visíveis provas de satisfação e entusiasmo de todos. Alta patente, Ministro da Guerra, moço, robusto, simpático, a sua presença neste sertão, em momento tão angustiante, é um poderoso alento, uma promessa de vitória, uma esperança fundada”.

O diligente Marechal se dedicou, com notável presteza, a sanar todos os óbices logísticos existentes, mormente os de saúde, fardamento, suprimentos e transporte dos mesmos para as

áreas onde se encontravam as tropas. Para tanto, além de outras medidas adotadas, instalou um amplo e razoavelmente bem aparelhado hospital de campanha; comprou grande quantidade de muelles e com eles organizou “comboios de abastecimento”; criou, a distâncias adrede estabelecidas, postos de suprimento, em especial de alimentação e de água; forneceu, na medida das possibilidades, novo fardamento para a maioria dos batalhões; organizou um serviço regular de transporte com fortes escoltas e determinou a intensificação da instrução em todos os locais de acampamento (diga-se, por ilustrativo, que não apenas por tudo isso, o Exército Brasileiro o instituiu Patrono do Serviço de Intendência).

Daí para frente, tudo começou a funcionar muito a contento, robustecendo-se o espírito-de-corpo dos combatentes. O cerco, destarte, pôde se estreitar em favoráveis condições, até à derrota completa dos sediciosos, sem apropriados meios de combate, sedentos e famélicos (vide, lá atrás, trechos do Relatório Final, exarado em 9 de outubro de 1897, pelo General Artur Oscar). A Bandeira Nacional pôde drapejar impávida em Canudos, máxime pela exação no cumprimento do dever legal e pelo patriotismo do Marechal Carlos Bitencourt e do General Artur Oscar. A Missão estava airoosamente cumprida!

c. Apesar do êxito obtido, a sociedade brasileira encontrava-se desassossegada e dividida entre republicanos (florianistas e positivistas) e monarquistas descontentes. Prudente de Moraes era um homem simples e de hábitos morigerados.

Ele encarnava, para os mais sectários, a volta ao passado, principalmente por estar vinculado aos grandes latifundiários e pecuaristas, em especial os de São Paulo, que tanta influência tiveram quando do II Império e por desejar a anistia aos que empunharam armas contra a República, desde o governo de Deodoro. E a morte do presidente foi tramada, tendo os conjurados, de forma covarde, preparado a mente de um Anspeçada, Marcelino Bispo, para a consumação do crime, que se deu em 5 de novembro de 1897, quando Prudente de Moraes e gradas autoridades recepcionavam, no cais do Arsenal de Guerra, no Rio de Janeiro, as tropas que retornavam de Canudos.

Há diversas e semelhantes versões acerca do cruel episódio. Uma das que julgamos mais significativas é de autoria do consagrado historiador Jonathas Serrano, contida no livro de sua autoria, “História do Brasil”. Citação. -

“Atentado de 5 de novembro de 1897. Estava Prudente de Moraes no Arsenal de Guerra, rodeado dos combatentes que haviam regressado da

Campanha de Canudos. Subitamente, de um grupo donde partiam vivas a Floriano, destacou-se um soldado, Marcelino Bispo, que tentou disparar um revólver contra o Chefe do Governo. A arma falhou. O Ministro da Guerra e o Coronel Mendes de Moraes, imediatamente desarmaram o criminoso. Acudiram também oficiais com as espadas desembainhadas, prontos para liquidá-lo. O Presidente e o Marechal Bitencourt gritaram ‘Não matem!’”

Nesse momento, o assassino, sacando de uma faca, prostrou o Ministro e feriu gravemente o Coronel Moraes.

A cidade em peso protestou contra este crime. A imprensa foi unânime em censurar o atentado e qualificá-lo de indigno.

Os amigos de Prudente de Moraes aconselhavam-no a que não mais expusesse a vida. O Presidente ouvia sem responder. Na tarde do dia seguinte viram-no chegar só, junto ao esquife daquele que se sacrificara para salvá-lo. Era uma lição de coragem e de gratidão. “O sangue de Machado Bitencourt, escreve Tobias Monteiro, revigorou o poder periclitante e o quadriênio pôde findar em paz”. - Fim da Citação.

Os dias que se seguiram ao atentado foram bastante dramáticos. Quando do enterro do Marechal Bitencourt, ocorreram graves manifestações de rua no Rio de Janeiro, com “quebra-quebras” generalizados e o empastelamento de jornais da oposição. Prudente de Moraes era um homem sereno e ponderado que queria, repita-se, pacificar os espíritos, concedendo anistia aos adversários da República, partícipes dos conflitos intestinos ocorridos nos dois primeiros governos republicanos. Ao lamentar a tentativa de morte contra o presidente, disse o grande tribuno e Senador anti-florianista, Rui Barbosa:

“Em torno do presidente da República, a prudência dos seus atos, a brandura dos seus hábitos e indecisão das suas atitudes criaram uma aparência de fraqueza, que tem servido de animação a certas audácias, a certas bravatas, prontas sempre a comparecer onde supõem não encontrar a bandeira de um peito forte”.

Todavia, Prudente foi bastante enérgico em coibir a anarquia que poderia advir da exaltação dos ânimos, pelo que solicitou em caráter de urgência a decretação do estado de sítio, o que foi logo aprovado pelo Congresso, que concedeu ao presidente, por poucos dias apenas, poderes discricionários. Nomeou o General João Tomaz de Cantuária, herói da Guerra do Paraguai, oficial culto e firme de atitudes, para substituir, no Ministério da Guerra, o Marechal Bitencourt. Determinou a imediata apuração das causas do crime, por meio de inquérito, ficando caracterizada, posteriormente, a participação intelectual

do Capitão Deocleciano Mártir e a ajuda material do jornalista José Veloso, gerente do jornal “O Jacobino”; contudo, não se pôde melhor aprofundar as investigações da conspiração, em vista do suicídio de Marcelino Bispo, a parte principal do processo. Ademais, o presidente ordenou a extinção de todos os “batalhões patrióticos” (aos quais já nos reportamos); reprimiu com severidade uma revolta na Escola Militar do Brasil (aquartelada na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro); extinguiu a Escola Militar do Ceará e determinou o fechamento do Clube Militar, um dos principais focos do republicanismo “florianista”.

d. À luz do anteriormente exposto, se relermos com acurácia a narração do historiador Jonathas Serrano, transcrita no item anterior, deduziremos de forma indubitável, que não havia uma segurança organizada para o Primeiro Mandatário do País. Tal fato exsurge, cristalinamente, eis que o Ministro da Guerra e um Coronel é que desarmam o criminoso que investiu contra o presidente e são posteriormente por ele feridos. A pessoa do Chefe da Nação não dispunha, por incrível que isso possa parecer, da devida e imprescindível garantia de segurança, tanto que, ainda segundo Serrano, ele (o presidente), ao depois, se dirigiu sozinho e sem qualquer escolta (mesmo que por vontade própria; hoje, isso não poderia ocorrer, posto que o “os homens públicos não se pertencem”...) para despedir-se do bravo Marechal Bitencourt, cujo corpo inerte quedava em um esquife. E mais: o Vice-presidente Manuel Vitorino, um dos virtuais candidatos à presidência da República, declarou, após o atentado que vitimou Bitencourt, externando a sua preocupação com as futuras eleições e a caótica conjuntura nacional, o seguinte:

“Se me elegessem, eu estaria impossibilitado de exercer a presidência da República, em algum momento crítico que ainda pode sobreviver até 15 de novembro de 1898” (diga-se que esta data era a do término do mandato de Prudente de Moraes).

Assim, em conclusão a essas achegas de capital importância para o presente Trabalho, ressalte-se que a heroica morte do intrépido “Marechal de Ouro”, em defesa do primeiro presidente civil da República, teve o condão de despertar nas autoridades (relembremos das sintomáticas declarações do Vice-presidente), em um período de grave convulsão nacional, a imperiosa e premente necessidade de se estabelecer uma segurança presidencial compatível com o múnus exercido pela autoridade máxima da Nação.

5. Consequências histórico-políticas, tidas como relevantes

a. A Revolta de Canudos, com os seus quase quatro mil mortos (há muitos autores que inflam este número, erroneamente, para cinco mil), evidenciou a dura realidade brasileira. A dicotomia entre o litoral citadino e a hinterlândia rural era bem notória. O abandono das populações do interior nordestino, incultas, analfabetas e constantemente assoladas pelas secas, fez surgir a figura excêntrica de Antônio Conselheiro, com suas profecias e práticas religiosas que abalaram a recém-proclamada República. A magnífica obra de Euclides da Cunha, “Os Sertões”, descreve em minúcias o drama dos sertanejos, apresentando um verdadeiro painel de um Brasil desconhecido das elites, daí haver sido cognominada de “A Bíblia da Nacionalidade”. Houvesse maior preocupação com o interior brasileiro, não teria havido a povoação de Canudos (que chegou a ser a segunda mais populosa da Bahia), como é do consenso dos maiores historiadores e sociólogos.

b. O clima de exaltação política nos albores da República atingiu proporções inacreditáveis, no que resultou em lutas fratricidas que ceifaram inúmeras vidas de irmãos brasileiros. Em campos opostos se encontravam republicanos radicais e monarquistas. Os republicanos extremados, apodados, “ipso facto”, de “jacobinos”, tinham como grande herói, o memorável vulto de Floriano Peixoto, o “Marechal de Ferro”, falecido em 1895, que catalisara os ideais republicanos e a crença num imprescindível governo forte para o enfrentamento dos inimigos da República e da cobiça estrangeira, ameaçadora de nossa soberania. Como já foi observado ao longo destas Considerações, Conselheiro e seus peregrinos foram tachados de “monarquistas” e tal pecha foi muito bem assimilada pela população das grandes cidades, em particular a do Rio de Janeiro.

Na verdade, o tresloucado ermitão e seus prosélitos eram contrários, sim, à República, que separou a Igreja do Estado (a religião católica deixou de ser a oficial), instituiu o casamento civil e extinguiu o instituto do “padroado”, não mais estipendiando, financeiramente, a Igreja, que vivia, ao tempo do Império, às expensas do dito instituto.

Porém, Canudos não era um “enclave monarquista”, como se apregoava (a ignorância dos beatos e jagunços era tanta que não tinham a mínima condição de diferenciar República, de Monarquia) e sim um núcleo ferrenhamente apegado à palavra do asceta Antônio Conselheiro, que pugnava tão somente pela restauração de celebrações e costumes religiosos da confissão católica, abolidos pelos republicanos.

c. A destruição de Canudos, considerada um “baluarte da Monarquia” era ponto de honra, questão fechada, para os brasileiros comuns, impregnados que estavam de um acendrado sentimento de republicanismo/positivismo e açulados por “jacobinos florianistas” e positivistas adeptos da “ditadura republicana” ou “científica”:

- preconizada pela ideologia positivista, como ocorrera no RS com a Constituição do ultraradical positivista, Júlio de Castilhos, que teve o apoio de Floriano Peixoto. O empastelamento de jornais, as mortes e espancamentos dos tidos como monarquistas, as badernas de rua, etc., particularmente no Rio de Janeiro, em especial após a derrota da fortíssima 3ª Expedição, comandada pelo Coronel Moreira César - em face das táticas guerrilheiras da jagunçada -, evidenciavam, à larga, o clima tenso em que se vivia com a exigência de urgentes providências do Governo, increpado pelos “jacobinos”, de fraco e condescendente com os “reacionários monarquistas” (Prudente de Moraes enfrentava, ainda, sérios problemas no campo internacional com as questões de limites com a França e Inglaterra, estando o País em depressão financeira, com o câmbio declinante, por causa, principalmente, de grave crise com o café, nosso principal produto de exportação).

Nessa ambiência assaz adversa, a 4ª Expedição, com tropas federais e estaduais de vários estados, foi constituída, ao comando de um valente oficial “florianista”, o General Artur Oscar, aureolado de glórias e bravura, em conflitos anteriores.

d. Artur Oscar era a grande esperança dos adversários de Prudente de Moraes, particularmente dos militares florianistas. Ele seria o homem providencial, necessário, o “salvador da Pátria” (as Forças Armadas assumiram, praticamente, após a queda da Coroa, o “poder moderador” conferido ao Monarca, sendo, daí para frente, o sucedâneo de tal poder).

O seu nome adquiriu dimensões nacionais e era indicado como provável candidato à presidência, cujas eleições seriam no ano seguinte. Consta que era tanto o prestígio do General, que, pelo Brasil afora, tornou-se comum a inúmeras famílias darem o nome aos filhos recém-nascidos, de Artur Oscar. Também se cogitava que ele poderia depor Prudente, para a implantação de um governo forte, militarista, cesarista e nacionalista, como foi o de Floriano Peixoto, tão ao gosto dos republicanos exaltados e dos positivistas, adeptos da “ditadura republicana”; era desejo dos radicais que não fosse concedida a anistia aos combatentes “monarquistas” de rebeliões anteriores, como pretendia o presidente, e que houvesse um rápido

restabelecimento da ordem pública nas Capitais do País. E, nesse ambiente de sectarismo, tramou-se a morte de Prudente de Moraes, a fim de que o poder central passasse aos republicanos extremados, que almejavam ver Artur Oscar como ditador do Brasil.

O anspeçada Marcelino Bispo foi preparado, mental e materialmente pelos conjurados “jacobinos”, como já relatamos, para perpetrar a hediondez de 5 Nov 1897. Todavia, a presença do Marechal Bitencourt no Teatro de Operações, assumindo o comando-geral, na fase final da Campanha - quando a vitória foi obtida -, caracterizou-se em um rude golpe nos desideratos ditatoriais dos “jacobinos”, na medida em que a imagem do valeroso General Artur Oscar, que encarnava o cesarismo de Floriano Peixoto, foi esmaecida pela do Ministro Bitencourt, tido como o grande vencedor de Canudos - e de fato o foi, como salientamos, anteriormente.

Com o bárbaro atentado, Prudente de Moraes, o primeiro presidente civil eleito com o voto popular, readquiriu a popularidade perdida e soube bem restabelecer a ordem pública com a decretação do “estado de sítio” e adoção de outras medidas de força, pondo côbro às veleidades dos profites da ideologia florianista/positivista, empalmada pela ortodoxia republicana.

e. A República pôde, então, seguir o seu curso normal, com a eleição, em 1898, do segundo presidente civil, Campos Sales. O Ministro da Guerra, Marechal Bitencourt, com o sacrifício da própria vida na defesa da mais alta autoridade do País, deu mostras cabais de que o poder militar é o maior garante do poder político constitucionalmente instituído, ao qual deve se subordinar; e não trepidando em verter o seu generoso sangue, salvou as instituições republicanas e democráticas recém-implantadas no Brasil, o que evitou mais uma fase de conturbação político-militar.

A morte do insigne Marechal contribuiu, igualmente, para que o Exército buscasse a coesão, afastando-se do partidarismo político-ideológico que tão somente provocava a cizânia e o divisionismo na Força.

6. Breve epítome biográfico do Marechal Bitencourt

a. Em apertada síntese, traremos à colação alguns registros referentes à gloriosa existência do Marechal Bitencourt, a fim de que melhor se possa avaliar os seus invulgares méritos, com vistas a robustecer os argumentos do Departamento de Segurança da Presidência da República que o recomendam para “Patrono da Segurança Presidencial” e o dia de seu supremo sacrifício, 5 de

novembro de 1897, para a data comemorativa do “Dia da Segurança Presidencial”.

Para tanto, de início, nos valeremos do valioso livro “Ministros da Guerra do Brasil, 1808-1950”, da lavra dos ilustres historiadores Theodorico Lopes e Gentil Torres. Nele, encontramos à página 136, o seguinte, “in verbis”:

“Carlos Machado de Bitencourt nasceu (em Porto Alegre-RS) a 12 de abril de 1840. Assentou praça a 1º de janeiro de 1857, sendo alferes na Campanha do Paraguai, em 1º de junho de 1867. Foi promovido a 1º tenente durante os feitos da Dezembroada (1868), merecendo, por bravura, na batalha do Avaí, promoção a capitão. Major, por merecimento a 12 de setembro de 1876; tenente-coronel, por merecimento, a 14 de julho de 1881; coronel, ainda por merecimento, a 31 de outubro de 1885. Elevado a general-de-brigada a 30 de janeiro de 1890, a general-de-divisão a 7 de abril de 1892, foi graduado no posto de marechal a 12 de julho de 1895. Sua morte ocorreu em lance trágico, a 5 de novembro de 1897. Prudente de Moraes, acompanhado pelo marechal Machado Bitencourt, então ministro da Guerra, foi ao Arsenal de Guerra, visitar tropas que acabavam de chegar da Campanha de Canudos. O ambiente era assinalado por uma séria exaltação de ânimos, e precauções haviam sido tomadas. Isso não impediu que, durante a visita, um anspeçada tentasse alvejar com um tiro o presidente da República. Em defesa deste, a quem felizmente a bala não atingiu, lançaram-se o marechal Machado Bittencourt e o chefe da casa militar da Presidência, o então coronel Luiz Mendes de Moraes, além de outros oficiais. Durante a rápida luta que então se trava, o anspeçada, enfurecido, apunhala o marechal Bittencourt. Pouco depois expirava o ilustre ministro, vítima de um gesto corajoso e nobre”.

b. Devido ao seu caráter adamantino, à sua conduta ilibada, o Marechal Bitencourt foi cognominado, merecidamente, de “Marechal de Ouro”. Tal epíteto é sempre mencionado pelo Exército Brasileiro em todas as alocações quando de cerimônias em que se reverencia a venerável figura do Marechal.

Convém, a esse respeito, que se transcreva o que consta no competente “Novo Dicionário de História do Brasil”, da “Edição Melhoramentos”, 1970:

“Alcançando depois o posto de Marechal, ganhou a alcunha de “Marechal de Ouro”, dada à retidão de caráter que todos concordavam em lhe achar”. E ratifique-se esse conceito, máxime na lembrança do ato heróico por ele praticado, quando o seu próprio corpo serviu de escudo para a salvação da vida do presidente da República!

Carlos Bitencourt foi Comandante do 3º Regimento de Cavalaria de Guardas (3ºRCG), “Regimento Osório”, com sede em Porto Alegre, a mais antiga Organização Militar da Arma de

Cavalaria (à qual ele pertencia), e Ministro do Superior Tribunal Militar (STM), de onde foi convocado para o cargo de Ministro da Guerra, em maio de 1897. Também ele foi galardoado com inúmeras medalhas e comendas e com as honríficas outorgadas pelo Exército, de Patrono do Serviço de Intendência (a efeméride do “Dia da Intendência” transcorre em 12 de abril, data do aniversário do Patrono) e também do 3º Batalhão de Suprimentos, “Batalhão Marechal Bitencourt”, sediado em Nova Santa Rita (na “Grande Porto Alegre”), no RS. A primeira honraria foi-lhe concedida pelo Decreto 51 429, de 13 Mar 1962, mercê de seu excepcional desempenho quando da fase final da Campanha de Canudos, ocasião em que ele solucionou com eficiência, eficácia e efetividade, os graves problemas logísticos das tropas combatentes, como amplamente já fizemos menção ao longo deste Trabalho; e a segunda, em atendimento a uma justa e perfeita reivindicação de Oficiais gaúchos, por ele ser filho de Porto Alegre (RS), estando o aludido Batalhão – do Serviço de Intendência - que o homenageia, aquartelado no município de Nova Santa Rita, nas proximidades da Capital riograndense (na “Grande Porto Alegre”), além de ter seguido, juntamente com tropas gaúchas, para a Guerra do Paraguai. E ainda mais: o prédio em que se encontra a Secretaria de Economia e Finanças (SEF), Alto Órgão de Direção Setorial do Comando do Exército, em Brasília, possui a denominação histórica de “Quartel-General Marechal Bitencourt”.

Aduza-se, que o augusto nome de Bittencourt faz parte de todos os livros de História do Brasil, de quase todas as enciclopédias, de incontáveis documentos históricos, de sítios da internet, de inúmeros logradouros públicos, etc, etc, além de seus registros histórico-militares estarem cuidadosamente custodiados em Organizações da Força Terrestre como o Centro de Documentação do Exército e o Arquivo Histórico do Exército.

Acrescente-se ainda, por ilustração, que Bittencourt era filho do bravo Marechal Jacintho Machado de Bittencourt, Comandante de nosso 1º Corpo-de-Exército na Guerra do Paraguai (o seu filho, o então Capitão de Cavalaria Bitencourt foi seu subordinado neste Grande Comando), que tantas glórias obteve quando da “Dezembrada”, em especial na região de Lomas Valentinas, por ocasião da 1ª batalha de Ita Ibaté. O Exército também o consagrou, conferindo a denominação histórica de “Batalhão Jacintho Machado de Bittencourt”, ao 23º Batalhão de Infantaria, de Blumenau (SC), próximo ao local onde ele nasceu.

Ainda por curiosidade histórica, diga-se que a família do Marechal foi marcada, desafortunadamente, por tragédias pessoais. Além de sua dolorosa morte, o seu avô foi morto em combate quando da Campanha de Independência do

Uruguai (1825-1828); o seu pai, o precitado Marechal Jacintho de Bitencourt veio a falecer logo após a Guerra do Paraguai, por sequelas de infecções generalizadas que se agravaram quando da fase da “Dezembrada”, as quais ele se recusou a tratar, preferindo permanecer no campo de batalha; e o filho de Carlos Bitencourt, que era médico, foi morto em uma trincheira, vítima de um bombardeio aéreo, quando lutava junto aos revolucionários paulistas, na Revolução Constitucionalista de 1932...

Como honroso corolário ao que foi dito, linhas atrás, conclua-se assinalando que o Exército, no transcurso do centenário de falecimento do Marechal Bittencourt, lhe tributou, durante dois dias – 9 e 10 de novembro de 1997 -, significativas homenagens. O ponto alto dos diversos preitos de gratidão e reverência a Bitencourt se deu na manhã de 10 Nov 1997, quando foi inaugurado, com a presença do então Ministro do Exército, General Zenildo de Lucena, e altas autoridades da Força, particularmente as do Serviço de Intendência, o “Memorial Bitencourt”, erigido no 14º Depósito de Suprimento (14º D Sup), “Estabelecimento Pandiá Calógeras”, na cidade do Rio de Janeiro. Tal Memorial dá abrigo, desde então, aos restos mortais do casal Carlos Machado Bittencourt e Maria José Lobo Bitencourt (vide o importante Ofício nº 127, de 13 Out 04, do Centro de Documentação do Exército, apenso a este Estudo, com especial atenção para o seu Anexo 3, que é cópia do Noticiário do Exército, de 3 Dez 1997, no qual se encontram a descrição e as fotografias de todos os eventos das aludidas homenagens).

Por tudo isso e muito mais, o glorioso, altivo e invicto Exército de Caxias orgulha-se, com muita ufanía, de seu grande Soldado, Marechal Carlos Machado Bitencourt, que tanto honrou o Brasil e aureolou, de forma inexcusável, os belos fastos históricos da Pátria Brasileira!

c. Por último, uma importante observação quanto ao nome do herói brasileiro ao qual estamos nos referindo, que é “CARLOS MACHADO BITENCOURT” (com apenas um “t” em “Bitencourt” e sem o “de” antes de “Machado”), apesar de este sobrenome, de origem francesa, encontrar-se grafado, à francesa, com dois “t” (aliás como é o sobrenome de seu pai, Jacintho Machado de Bittencourt), na imensa maioria dos livros, documentos, etc. A dúvida foi definitiva e documentadamente dirimida, junto à Comissão encarregada das homenagens acima referidas, por familiares do Marechal (rever Ofício nº 127, de 13 Out 04, do Centro de Documentação do Exército, acostado a este documento).

7. Apreciações Finais

a. Para a conclusão deste Estudo, preme de historicidade, urge que apontemos, de forma sucinta e abrangente, os seus aspectos mais preponderantes. Estas Considerações não se constituem em uma tese acadêmica em que se exige um rigorismo cartesiano, elaborando-se, “in fine”, uma abordagem geral e percuciente do tema tratado. Assim, vamos nos ater apenas àquilo que é de interesse dos grandes Objetivos contidos no item 2, anterior, a fim de que o Departamento de Segurança da Presidência, como tantas Instituições e Organizações, venha a conseguir o justo galardão de instituir um Patrono e de fixar uma data para a “Segurança Presidencial”. Como o nome escolhido, com muita pertinência, argúcia e felicidade, foi o do Marechal Bitencourt e a data, aquela do sacrifício da vida deste invulgar personagem de nossa História, mister se faz que enfoquemos, sinteticamente, algo acerca do que foi escrito até agora.

b. Aspectos de real interesse para o escopo pretendido

1) A Revolta de Canudos veio a desnudar a realidade de um Brasil interiorano, atrasado, carente e esquecido pelos governantes, como tão bem descreveu Euclides da Cunha, na peça de arquitetura literária que é “Os Sertões”. Os matutos da hinterlândia nordestina, analfabetos, ignorantes e assolados pelo fenômeno cíclico das secas, eram vítimas do misticismo de falsos pregadores, como Antônio Conselheiro: e, por isso, Canudos foi povoada. Interessante é observar-se que mesmo após a destruição do arraial do interior da Bahia, ocorreram em nossa História, outros surtos de movimentos semelhantes, onde a credence popular foi explorada, “à outrance”, como no Ceará do padre Cícero Romão Batista (o “Padim Ciço”, que até hoje é venerado por milhares de “romeiros”) que chegou a depor, com os seus jagunços, o governador do estado (em 1914), e nos estados do Paraná e Santa Catarina, com a Revolta do Contestado (1912-1916) e seus profetas e beatos, onde houve farto derramamento de sangue brasileiro...

É a sina da velha Lei do “pendulum historiae”, ou “horologium historiae”, ou seja da Lei que rege a História (que não se repete, evidentemente, mas nos traz situações semelhantes), do “pêndulo ou do relógio da História”, com os seus apogeus e perigeus, como nos ensinam consagrados historiadores.

2) Durante a Rebelião de Canudos foram per-

petrados atos de extrema violência, abomináveis sob todos os aspectos, por ambos os litigantes. Não se pode, em sã consciência, apontar qual o lado culpado, ou mais culpado, sendo certo que as tropas legais cumpriam uma Missão que lhes foi conferida pelo poder central da República. É preciso que nos livremos, com muita plasticidade mental, de estereótipos preconceituosos, por razões que já mencionamos, exaustivamente, ao longo do presente Trabalho.

3) O Marechal Carlos Bitencourt, em que pese o seu elevado pundonor militar, foi vítima de aleivosias contra ele assacadas por gente sem cabedal para tal insidiosa façanha, como a de ter permitido a degola (e até mesmo insinuado que o General Artur Oscar a mandasse praticar) de prisioneiros. O Marechal, que chegou ao local dos combates em 6 Set 1897, já no final da Campanha, por sua retidão de caráter, jamais se prestaria à prática de ações aviltantes como procuramos evidenciar, de forma copiosa e detalhada, no item 3, deste documento. “A primeira vítima das guerras é a Verdade”, diz o prólogo...

4) A situação política ao tempo do governo de Prudente de Moraes era muito tensa e perigosa. Dois grupos se digladiavam pelo poder da novel República: os partidários de Prudente, que eram os grandes lavoureiros paulistas e mais os liberais, e a corrente dos “jacobinos florianistas/positivistas” os quais desejavam derrubar o presidente para a implantação de uma “ditadura republicana”, que era uma das bandeiras dos militares radicais e dos positivistas, que se reuniam no Clube Militar (aliás, fechado após o atentado de 5 Nov 1897). O General Artur Oscar era a esperança dos sectários, desejosos de que ele assumisse a curul presidencial, eis que não admitiam “a volta ao passado monarquista”, principalmente por causa da concessão da anistia aos seus desafetos, como era da intenção do presidente. A Rebelião de Canudos veio potencializar, de maneira exponencial, aquela inconstitucional pretensão.

Entretanto, a presença do Ministro Bitencourt (tido como o verdadeiro vencedor da guerra), na região conflagrada, ao final do conflito, em muito eclipsou a figura carismática do General Artur Oscar, o que se configurou em duro revés para os golpistas radicais.

5) O atentado ao Presidente revelou que a segurança presidencial não existia ou era por demais débil, a ponto de o Ministro da Guerra, ter se interposto, heroicamente, entre o facínora e Prudente de Moraes (tal fato é constatado por declarações do Vice-presidente Manuel Vitorino, por nós citadas, anteriormente).

6) A ação criminosa, adrede premeditada, trouxe a popularidade perdida e a necessária autoridade ao Presidente, que pôde reprimir, com rigor, as veleidades dos extremistas.

A atitude intemorata do Marechal Bitencourt, salvando a vida do presidente da República (tão contestado, à época, principalmente pelo estamento militar) comprova, à larga, a perfeita noção de que ele estava imbuído, segundo a qual os militares devem se submeter ao “império da lei” e às decisões do poder político do Estado, encarnado, no caso, pela pessoa de Prudente de Moraes, primeiro presidente eleito pelo voto popular.

7) A torpe ação contra o presidente da República, sustada pelo “beau geste” do destemido Marechal Bitencourt, serviu, com certeza, para também salvar as Instituições democráticas da novel República, na medida em que elas estavam seriamente a perigo, como descrito com minudências, ao longo destas Considerações. As pretensões revolucionárias dos “jacobinos” foram contidas, a ordem foi restabelecida, as eleições para a presidência foram realizadas, em 1898, e Prudente de Moraes pôde, com relativa tranquilidade, terminar o seu mandato e dar posse ao segundo presidente civil, Campos Sales.

8) O Departamento de Segurança da Presidência da República não podia ter sido mais feliz em apresentar o impoluto nome do Marechal Carlos Machado Bitencourt para “Patrono da Segurança Presidencial” e o dia 5 de novembro de 1897, para o “Dia da Segurança Presidencial”, a fim de que sejam celebrados, a partir do ano fluente, caso a sua Proposta seja acolhida, exarando-se o devido Decreto de instituição. Em nosso entendimento, ao perlustrarmos a História do Brasil, não encontramos outro nome, mesmo que alçado a patamar de maior historicidade, que satisfizesse aos requisitos para a honorificência desejada, do que o de Bitencourt.

Impende lembrar ainda mais: caso recepcionado o pleito do Departamento, uma oportunidade ímpar se abriria para o estreitamento dos vínculos da Segurança Presidencial com o Exército Brasileiro, em especial os anímicos. Sim, pois esta gloriosa e invicta Instituição, que hoje pranteia os seus heróis mortos no Haiti, consagrou, no pretérito, o Marechal Bitencourt como um lídimo herói, um Soldado-Paradigma, de superlativos méritos pessoais e castrenses. O Exército envaidece-se do cognome que lhe foi dado, de “Marechal de Ouro”; entre outras honrarias que lhe tributou, dá agasalho em um de seus quartéis da cidade do Rio de Janeiro (no “Memorial Bitencourt”, erigido no interior do hoje 1º Depósito de Suprimentos (1º

D Sup) - Organização denominada de “Estabelecimento Pandiá Calógeras”), aos restos mortais do Marechal e de sua esposa; preserva os seus registros históricos, “ad perpetuam rei memoriam”, no Centro de Documentação do Exército e Arquivo Histórico do Exército; instituiu-o Patrono do Serviço de Intendência (a “Rainha da Logística”, cujo data comemorativa é a do dia de nascimento do Patrono, 12 de abril); o prédio onde se aquartela, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, a Secretaria de Economia e Finanças (SEF), Alto Órgão de Direção Setorial do Comando do Exército, exhibe, com sobrançeria, a denominação histórica de “Quartel-General Marechal Bitencourt”; e uma das Organizações Militares da Força Terrestre (o 3º Batalhão de Suprimentos, com sede no município de Nova Santa Rita, na “Grande Porto Alegre”-RS) ostenta, com subida ufanía e orgulho, a denominação histórica de “Batalhão Marechal Bitencourt”.

8. Conclusão

À vista de tudo o que anteriormente foi expandido, podemos concluir, com muita convicção, que certa e recerta é a intemporalidade das lições que nos legou o ínclito Marechal Carlos Machado Bitencourt.

Assim, julgamos de todo interesse o atendimento da pertinente Proposta, de iniciativa do Departamento de Segurança da Presidência da República, por nós sobejamente comentada, e que trará incomensurável relevo à Segurança Presidencial, posto que a vinculará, para sempre, à bela e gloriosa História-Pátria.

Coronel Manoel Soriano Neto, Historiador Militar

Brasília, 22 de janeiro de 2010

1. Anexo: Cópia do Of nº 127, de 13 Out 04, do C Doc Ex.
2. Bibliografia Consultada
 - Pombo, Rocha - “História do Brasil”, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1964.
 - Vianna, Hélio - “História do Brasil”, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1962.
 - Serrano, Jonathas - “História do Brasil”, Rio, F. Briguet & Cia, Editores, 1931.
 - Bloch Editores S. A. - “História do Brasil” (3 Vol), Rio, 1976.
 - Abril S. A. Cultural e Industrial - “Grandes Personagens da Nossa História” (4 Vol), São Paulo, 1972.
 - Academia Militar das Agulhas Negras - “História Militar do Brasil”, Editora Acadêmica, Resende-RJ, 1979.
 - Academia Militar das Agulhas Negras - “Revoluções no Brasil após a República”, Editora Acadêmica, Resende-RJ, 1980.

- Abril S. A. Cultural e Industrial - “Nosso Século” (84 fascículos), São Paulo, 1982.
- Pillar, Olynto - “Os Patronos das Forças Armadas”, Rio, Biblioteca do Exército-Editora, 1966.
- Palha, Américo - “Soldados e Marinheiros do Brasil”, Rio, Biblioteca do Exército-Editora, 1962.
- Cunha, Euclides da - “Os Sertões (Campanha de Canudos)”, São Paulo, Ateliê Editorial, 2001.
- Edições Melhoramentos - “Novo Dicionário de História do Brasil”, São Paulo, 1970.
- Sette, Mário - “Brasil, Minha Terra”, São Paulo, Edições Melhoramentos, 1942.
- Rodrigues, José Washt - “Dicionário Histórico-Militar” (82 Vol), Centro de Documentação do Exército, Brasília-DF, s/data.
- Fragoso, Tasso General - “História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai” (5 Vol), Rio, Biblioteca do Exército - Editora, 1956
- Exército, Estado-Maior do - “História do Exército Brasileiro, Perfil Militar de um Povo” (3Vol), Brasília, 1972.
- Biblioteca do Exército-Editora e Odebrecht - “O Exército na História do Brasil” (3 Vol), 1998.
- Torres, Theodorico e Lopes, Gentil - “Ministros da Guerra do Brasil” (1808-1950)”, Rio, Borsoi-Imp, 1950.
- Presidência da República. Casa Civil - “Governos da República: 15.11.1889 a 15.03.1996, Brasília, 1996.
- Arquivo Nacional - “Os Presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva”, Rio, 2003.
- Bueno, Eduardo - “Caixa, Uma História Brasileira”, São Paulo, Caixa Econômica Federal, Buenas Idéias-Metalivros, 2002.
- Galvão, Walnice Nogueira - “No Calor da Hora, A Guerra de Canudos nos Jornais”, São Paulo, Editora Ática, 1994.
- Castro, Celso e Lemos, Renato - “O Diário de Bernardina, da Monarquia à República, pela filha de Benjamin Constant”, Rio, Jorge Zahar Editor Ltda, 2009.
- Castro, Celso - “A Invenção do Exército Brasileiro” Rio, Jorge Zahar Editor Ltda, 2002.
- Soriano Neto, Manoel - “Histórico das Armas, Quadros e Serviços do Exército Brasileiro”, Brasília, Departamento-Geral do Pessoal, 2002.
- Soriano Neto, Manoel - “Conferência no Instituto Histórico e Geográfico do DF, de título “A Permanência do Pensamento de Euclides da Cunha”, 2009.
- Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio, (vários números, de vários anos).
- Noticiário do Exército, número 9336, de 3 Dez 1997.

Editor:

LUIZ ERNANI CAMINHA GIORGIS, Cel
PRESIDENTE DA AHIMTB/RS

lecaminha@gmail.com

Sites:

www.ahimtb.org.br

www.acadhistoria.com.br